



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA Nº 65/2014

**TERMO DE CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA**, que entre si o **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO MERITI**, inscrito no CNPJ sob o nº 29.138.336/0001-05, representado por seu Prefeito **SR. SANDRO MATOS**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n.º 079695698 expedida pelo Instituto Felix Pacheco e do CPF nº 006.916.607-27, residente neste Município e **ALEGRETE RJ PARTICIPAÇÕES S.A.**, com sede na Rua Cleber Santos de Carvalho, 22, Lojas 201, 203, 205 e 207, Vilar dos Teles, CEP 25576-261, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.835.010/0001-75, representada por seus Diretores **JOÃO CURY RACHID**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.758.570-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 209.191.406-10, residente em Mogi das Cruzes, SP, e **ATHOS RACHE FILHO**, brasileiro, engenheiro, separado judicialmente, inscrito no CREA/DF sob o nº 8317/D e inscrito no CPF sob o nº 262.149.467-68, residente em São Paulo, SP, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

O presente CONTRATO é consequência de processo de licitação pública, na modalidade concorrência pública, disciplinada pela Lei Municipal Nº 1.896, de 11 de junho de 2013, Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, pela Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e pelas demais normas correlatas, pelos atos pertinentes editados pela ANEEL, pelas demais normas correlatas, e pelo EDITAL de Concorrência nº 002/2014, constante do Processo Administrativo nº 13131/2013, a **URBELUZ ENERGÉTICA S.A.**, licitante vencedora do certame atendendo o disposto no item 19.3.1 do edital licitatório, constituiu a SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - **ALEGRETE RJ PARTICIPAÇÕES S.A.**, com sede na Rua Cleber Santos de Carvalho, 22, Lojas 201, 203, 205 e 207, Vilar dos Teles, CEP 25576-261, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.835.010/0001-75, representada por seus Diretores **JOÃO CURY RACHID**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.758.570-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 209.191.406-10 e **ATHOS RACHE FILHO**, brasileiro, engenheiro, separado judicialmente, inscrito no CREA/DF sob o nº 8317/D e inscrito no CPF sob o nº 262.149.467-68.

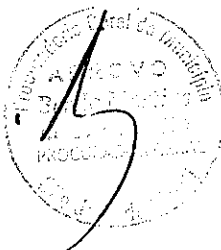
Atendidas todas as exigências legais para a formalização deste instrumento, as partes resolvem celebrar o presente CONTRATO, tendo como OBJETO a OUTORGA DA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP), NA MODALIDADE DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, para a Gestão do Parque de Iluminação Pública e dos Prédios Públicos de São João de Meriti/RJ, abrangendo: operação, ampliação, modernização e gestão do Sistema de Iluminação Pública Municipal e Prédios Públicos, que se regerá pelas Cláusulas e disposições seguintes.

**CLÁUSULA 1 – DEFINIÇÕES**

1.1. Neste CONTRATO, salvo se do contexto resultar claramente sentido diferente, os termos a seguir indicados serão grafados sempre em maiúsculas e terão o seguinte significado:

**ADJUDICATÁRIO:** LICITANTE vencedor da Concorrência, ao qual foi adjudicado o OBJETO da LICITAÇÃO.

**ANEEL:** Agência Nacional de Energia Elétrica.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**ANEXOS:** Cada um dos documentos anexos, que integram o presente CONTRATO.

**BENS REVERSÍVEIS:** aqueles que serão transferidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE – sem quaisquer ônus.

**LIGHT S.A.:** Empresa local de Distribuição de energia elétrica.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO:** COMISSÃO designada pelo Chefe do Poder Executivo do Município de São João de Meriti/RJ, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à LICITAÇÃO.

**COMISSÃO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO:** COMISSÃO ESPECIAL, designada pelo Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas do Município de São João de Meriti, com a função de receber, examinar e deliberar sobre todos os procedimentos e documentos relativos à execução do presente CONTRATO, inclusive os enviados pelo GESTOR DO CONTRATO.

**CONCESSÃO ADMINISTRATIVA:** o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens, nos termos do art. 2º, §2º, da LEI MUNICIPAL DE PPP.

**CONCESSIONÁRIA:** SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE, constituída pelo ADJUDICATÁRIO, signatária do CONTRATO DE CONCESSÃO com o PODER CONCEDENTE.

**CONSÓRCIO:** grupo de empresas que se unem para agregar capacitação econômico-financeira e técnica-operacional para participação na LICITAÇÃO.

**CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA:** valor contido na PROPOSTA ECONÔMICA, a ser pago pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, pela disponibilidade física das obras e pela prestação dos serviços relacionados ao OBJETO da presente CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

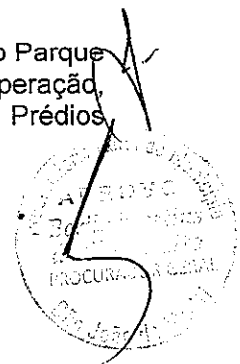
**CONTRATO DE CONCESSÃO:** é o Instrumento jurídico celebrado entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, nos termos desta MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

**CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – CIP:** valor definido pelo PODER CONCEDENTE para a prestação do serviço de iluminação pública, cobrado dos contribuintes do Município, por meio da fatura de consumo de energia elétrica e arrecadado pela LIGHT S.A.

**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:** conjunto de documentos apresentados pelo LICITANTE de acordo com os termos e condições no EDITAL da Concorrência nº 002/2014, que comprovam sua capacidade para participação nesta LICITAÇÃO.

**EDITAL:** o instrumento, inclusive seus ANEXOS, que contém o conjunto de instruções, regras e condições necessárias à orientação do procedimento administrativo de seleção da CONCESSIONÁRIA.

**EMPREENDIMENTO:** conjunto de atividades necessárias e suficientes para a Gestão do Parque de Iluminação Pública e dos Prédios Públicos de São João de Meriti, abrangendo: operação, ampliação, modernização e gestão do Sistema de Iluminação Pública Municipal e Prédios Públicos.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**GARANTIA DE PROPOSTA:** garantia fornecida pelo LICITANTE, dentre as modalidades admitidas no art. 56 da LEI DE LICITAÇÕES, para participar da LICITAÇÃO.

**GESTOR DO CONTRATO:** servidor(es) ou órgão administrativo designado pelo CONSELHO GESTOR MUNICIPAL DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS para fiscalizar a execução do contrato, aferindo o desempenho da CONCESSIONÁRIA.

**ILUMINAÇÃO PÚBLICA:** serviço que tem por objetivo prover de luz, ou claridade artificial, os logradouros públicos no período noturno ou nos escurecimentos diurnos ocasionais, inclusive aqueles que necessitam de iluminação permanente no período diurno.

**INVESTIMENTOS:** aplicação de recursos para a execução de obras, bem como para aquisição de instalações, equipamentos e material permanente destinada à realização do OBJETO da CONCESSÃO, que resultem em acréscimo patrimonial.

**LEI FEDERAL DE PPP:** Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

**LEI MUNICIPAL DE PPP:** Lei 1.896, de 11 de junho de 2013.

**LEI DE CONCESSÕES:** Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

**LEI DE LICITAÇÕES:** Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

**LICITAÇÃO:** procedimento público conduzido pelo PODER CONCEDENTE para selecionar, dentre as propostas apresentadas, a que melhor atenda ao interesse da Administração Pública, com base nos critérios previstos no EDITAL de Concorrência nº 002/2014.

**LICITANTE:** pessoa jurídica participante da LICITAÇÃO.

**NOTA DE DESEMPENHO:** nota atribuída pelo CONTRATANTE em razão do desempenho operacional da CONCESSIONÁRIA, na execução do CONTRATO DE CONCESSÃO, calculada mensalmente a partir dos indicadores do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, cuja finalidade é servir de base para o cálculo do valor da contraprestação pecuniária.

**PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA:** contrato administrativo de concessão, com associação de capitais públicos e privados, de natureza contratual, por meio da qual são repartidos os financiamentos, os riscos e os resultados do EMPREENDIMENTO, nos termos da LEI FEDERAL DE PPP e DA LEI MUNICIPAL DE PPP.

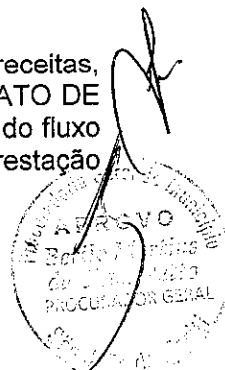
**PARTES:** a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTES signatários do CONTRATO.

**PODER CONCEDENTE:** o Município de São João de Meriti.

**PRÉDIOS PÚBLICOS:** toda e qualquer edificação utilizada pela Administração Direta e/ou pela Administração Indireta para o exercício de suas atividades.

**PROJEÇÕES FINANCEIRAS:** demonstrativo do comportamento da evolução das receitas, custos (incluídos os INVESTIMENTOS) e os resultados, ao longo do prazo do CONTRATO DE CONCESSÃO, por meio do qual é possível obter o valor presente, através do desconto do fluxo de caixa, a uma determinada taxa de juros, com vistas a fundamentar o valor da contraprestação pecuniária constante da PROPOSTA ECONÔMICA do LICITANTE.

*[Handwritten signature]*





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**PROJETO BÁSICO:** conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços OBJETO da LICITAÇÃO, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do EMPREENDIMENTO, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os elementos previstos na LEI DE LICITAÇÕES.

**PROJETO EXECUTIVO:** conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa das obras e serviços, elaborados após a assinatura do CONTRATO, pela CONCESSIONÁRIA, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

**PROPOSTA ECONÔMICA:** proposta apresentada pelo LICITANTE de acordo com os termos e condições no EDITAL de Concorrência nº 002/2014, com a proposta de CONTRAPRESTAÇÃO a ser paga pelo PODER CONCEDENTE para a execução do OBJETO desta LICITAÇÃO.

**QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO – QID:** instrumento de aferição do desempenho mensal da CONCESSIONÁRIA na execução do CONTRATO DE CONCESSÃO, elaborado pelo PODER CONCEDENTE, relativo aos serviços de manutenção, constituído de um conjunto de indicadores estabelecidos no CONTRATO DE CONCESSÃO.

**RELATÓRIO MENSAL DOS SERVIÇOS:** documento apresentado mensalmente pela CONCESSIONÁRIA, contendo as informações referentes ao QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, com a memória de cálculo dos indicadores e todas as informações pertinentes a eles, encaminhado ao PODER CONCEDENTE para avaliação e definição do grau de “funcionalidade”.

**SERVIÇOS:** conjunto de atividades relativas à execução da gestão do sistema de iluminação pública, incluídos todos os recursos necessários, tais como mão-de-obra, materiais, equipamentos, ferramentas e demais insumos.

**SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA:** todos os materiais e equipamentos utilizados para o perfeito funcionamento dos pontos luminosos, tais como: postes exclusivos para iluminação pública, luminárias, lâmpadas, braços, circuitos exclusivos para iluminação pública, refletores, reatores, relés fotoelétricos, fusíveis, disjuntores, caixas de comando de iluminação pública, chaves magnéticas, ignitores, contadores, conectores

**SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – SPE:** entidade privada a ser constituída pelo ADJUDICATÁRIO com objetivo exclusivo de executar e gerir o OBJETO do CONTRATO DE CONCESSÃO.

**VALOR DO CONTRATO:** valor da totalidade das CONTRAPRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS mensais somadas durante o prazo contratual.

## **CLÁUSULA 2 – DOS ANEXOS**

2.1. São partes integrantes do presente CONTRATO DE CONCESSÃO:

**ANEXO 01:** PROPOSTA ECONÔMICA APRESENTADA PELA CONCESSIONÁRIA NA LICITAÇÃO;

**ANEXO 02:** ESTATUTO SOCIAL DA CONCESSIONÁRIA;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**ANEXO 03:** COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA CONCESSIONÁRIA;

**ANEXO 04:** COMPROMISSO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA CONCESSIONÁRIA;

**ANEXO 05:** GARANTIAS CONTRATUAIS;

**ANEXO 06:** APÓLICES DE SEGUROS;

**ANEXO 07:** METODOLOGIA DE CÁLCULO DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DEVIDA À CONCESSIONÁRIA E QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO;

**ANEXO 08:** CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO DE EXECUÇÃO DA OPERAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA;

**ANEXO 09:** ESTUDOS E LEVANTAMENTOS TÉCNICOS;

**ANEXO 10:** CONTRATOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE CONTA VINCULADA PARA PAGAMENTO

**ANEXO 11:** REGULAMENTO DAS PENALIDADES APLICÁVEIS;

**ANEXO 12:** PROJEÇÕES FINANCEIRAS.

**CLÁUSULA 3 – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

**3.1.** O presente CONTRATO está sujeito às leis aplicáveis no Brasil, com expressa renúncia à aplicação de quaisquer outras, não sendo admitida qualquer menção a direito estrangeiro ou internacional, nem mesmo como meio de interpretação.

**3.2.** Na vigência deste CONTRATO, observar-se-ão, especialmente, o disposto no(os/a/as):

**3.2.1.** Artigo 175 da Constituição Federal de 1988,

**3.2.2.** Lei Federal 11.079, de 30 de dezembro de 2004;

**3.2.3.** Lei Municipal 1.896, de 11 de junho de 2013;

**3.2.4.** Lei Federal 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;

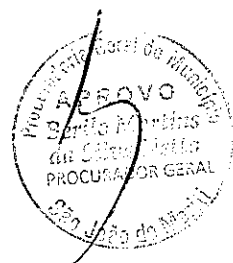
**3.2.5.** Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993;

**3.2.6.** Atos pertinentes editados pela ANEEL;

**3.2.7.** Demais normas correlatas e as disposições deste CONTRATO.

**3.3.** A legislação brasileira aplicável compreende:

**3.3.1.** A em vigor na data dos atos ou fatos que vierem a ocorrer;





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**3.3.2.** A legislação que as substitua ou modifique ou complemente;

**3.3.3.** Os princípios informadores e sua base jurisprudencial, não sendo admitida qualquer menção a direito estrangeiro ou internacional, nem mesmo como meio de interpretação.

**CLÁUSULA 4 – DA INTERPRETAÇÃO**

**4.1.** Na interpretação, integração ou aplicação de qualquer disposição deste CONTRATO, deverão ser consideradas em primeiro lugar as cláusulas contratuais e, depois, as disposições dos anexos que tenham maior relevância na matéria em causa;

**4.2.** Se nos Planos, Estudos e Projetos Executivos a serem apresentados pela CONCESSIONÁRIA, e aprovados pelo PODER CONCEDENTE, existirem divergências, observar-se-á o seguinte:

**4.2.1.** Os desenhos prevalecerão sempre quanto à localização, às especificações relativas às suas diferentes partes e demais aspectos.

**4.2.2.** No que se refere à natureza, aos métodos construtivos dos trabalhos, prevalecerão as escolhas da CONCESSIONÁRIA, observando o estabelecido e pactuado neste CONTRATO.

**4.3.** Sem prejuízo do disposto nos itens anteriores, na interpretação e na integração do regime aplicável a este CONTRATO prevalecerá o interesse público do PODER CONCEDENTE, na boa execução das obrigações da CONCESSIONÁRIA e na manutenção da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA em funcionamento permanente, de acordo com elevados padrões de segurança e conservação.

**CAPÍTULO II – DO OBJETO E PRAZO DA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA**

**CLÁUSULA 5 – DO OBJETO: MODO, FORMA E CONDIÇÕES**

**5.1.** O presente CONTRATO tem por objeto a OUTORGA DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP), NA MODALIDADE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, para a Gestão do Parque de Iluminação Pública e dos Prédios Públicos de São João de Meriti, abrangendo: operação, ampliação, modernização e gestão do Sistema de Iluminação Pública Municipal e Prédios Públicos.

**5.2.** As características das obras e serviços a serem executados estão indicadas nos ESTUDOS E LEVANTAMENTOS TÉCNICOS e nas especificações técnicas que acompanham este CONTRATO e seus ANEXOS.

**5.3.** A OPERAÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO do Sistema de Iluminação Pública do Município de São João de Meriti/RJ e Prédios Públicos deverão obedecer ao disposto nas normas, padrões e procedimentos estabelecidos neste CONTRATO e em seus ANEXOS.

**CLÁUSULA 6 – PRAZO DA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA**





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**6.1.** O prazo de vigência deste CONTRATO é de 25 (vinte e cinco) anos contados a partir da data do efetivo início da execução da ampliação e dos serviços de operação e manutenção, ou seja, após emissão da ordem de serviço pelo PODER CONCEDENTE e assinatura dos contratos de financiamento, que se dará no prazo de até 120 (cento e vinte) dias.

**6.1.1.** O prazo de vigência deste CONTRATO poderá ser prorrogado, observado o disposto no inciso I do artigo 4º da LEI MUNICIPAL DE PPP.

**6.1.1.1.** A prorrogação do contrato deverá ocorrer se o desempenho da CONCESSIONÁRIA for satisfatório, como tal considerados atendidos os índices do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO e desde que tal se demonstre vantajoso para o PODER CONCEDENTE.

**6.2.** O prazo de vigência deste CONTRATO encerrar-se-á com a formalização do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DEFINITIVA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA ao PODER CONCEDENTE.

**6.3.** A execução da operação, ampliação e manutenção do Sistema de Iluminação Pública e dos Prédios Públicos, objeto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, deverá ser iniciada a contar dos seguintes marcos, o que ocorrer por último, observado o prazo estabelecido no item 6.1:

**6.3.1.** Formalização da cessão e vinculação das garantias do PODER CONCEDENTE;

**6.3.2.** Equacionamento dos recursos financeiros, na forma proposta pela CONCESSIONÁRIA, para a implementação do objeto deste CONTRATO;

**6.3.3.** Expedição da ordem de serviço emitida pelo PODER CONCEDENTE.

**6.4.** A CONCESSIONÁRIA deve obedecer aos prazos, condições e técnicas apresentadas nos ESTUDOS E LEVANTAMENTOS TÉCNICOS fornecidos pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, o qual será necessariamente compatibilizado com as informações constantes do PROJETO BÁSICO e disposto no CRONOGRAMA FÍSICO.

**6.4.1.** Obrigatoriamente, a CONCESSIONÁRIA cumprirá o prazo estabelecido no CRONOGRAMA FÍSICO apresentado na LICITAÇÃO, de execução de todos os INVESTIMENTOS, a partir da data de início da Gestão do Parque de Iluminação Pública e dos Prédios Públicos de São João de Meriti, abrangendo: operação, ampliação, modernização e gestão do Sistema de Iluminação Pública Municipal e Prédios Públicos, sob pena de incidir nas sanções contratuais, sem prejuízo das demais sanções previstas em legislação específica.

**6.5.** As modificações dos marcos previstos no item 6.3 serão admitidas nas hipóteses previstas neste CONTRATO e nos casos previamente autorizados pelo PODER CONCEDENTE.

**6.6.** Ressalvadas as hipóteses especificadas neste CONTRATO, o não cumprimento dos marcos fixados no CRONOGRAMA FÍSICO – ANEXO 18 do EDITAL– sujeitará a CONCESSIONÁRIA à aplicação das multas contratualmente previstas, sem prejuízo das outras sanções previstas neste CONTRATO.

**CLÁUSULA 7 – DAS ALTERAÇÕES E DA TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE SOCIETÁRIO DA CONCESSIONÁRIA.**





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**7.1.** O controle societário da CONCESSIONÁRIA apenas poderá ser modificado, durante o prazo de vigência deste CONTRATO, com a prévia e expressa autorização do PODER CONCEDENTE.

**7.2.** A transferência total ou parcial do controle societário da CONCESSIONÁRIA, mesmo indiretamente por meio de controladoras, sem a prévia autorização do PODER CONCEDENTE, implicará na imediata caducidade da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

**7.3.** É permitido o ingresso de empresa que não tenha participado da LICITAÇÃO na composição da SPE, independentemente da anuência do PODER CONCEDENTE, mantidas, na sua composição, as condições iniciais de habilitação exigidas no edital;

**7.3.1.** É vedado o ingresso de empresa ou entidade que tenha participado da LICITAÇÃO, na qualidade de concorrente da CONCESSIONÁRIA.

**CAPÍTULO IV – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**CLÁUSULA 8 – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES.**

**8.1.** As PARTES comprometem-se reciprocamente a cooperar e a prestar auxílio que lhes possa ser exigido para o bom desenvolvimento das atividades constantes do presente CONTRATO.

**8.2.** Constitui especial obrigação da CONCESSIONÁRIA promover e exigir, de todas as empresas/entidades que venham a participar para o desenvolvimento de atividades relativas ao CONTRATO, sob a sua exclusiva responsabilidade, a estrita observância das regras de boa condução das obras ou trabalhos em causa, e especiais medidas de salvaguarda da integridade física dos trabalhadores envolvidos.

**8.3.** A CONCESSIONÁRIA assume o compromisso de contratar, para desenvolver atividades integradas ao CONTRATO, apenas entidades e/ou empresas que se encontrem devidamente licenciadas e autorizadas e que detenham capacidade técnica e profissional adequadas para o feito, sempre com a prévia autorização do PODER CONCEDENTE.

**8.4.** As decisões, autorizações, aprovações, pedidos ou demais atos do PODER CONCEDENTE, praticados ao abrigo do presente CONTRATO, deverão ser devidamente justificados.

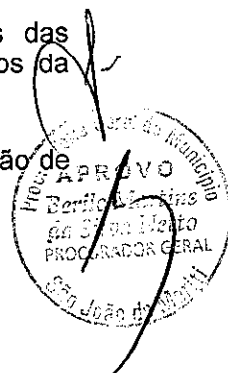
**CLÁUSULA 9 – DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE.**

**9.1.** O PODER CONCEDENTE, sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas neste CONTRATO ou na legislação aplicável, obriga-se, de modo geral, a:

**9.1.1.** Cumprir e respeitar as cláusulas e condições deste CONTRATO e dos documentos a ele relacionados;

**9.1.2.** Efetuar, nos prazos estabelecidos neste CONTRATO, os pagamentos das contraprestações pecuniárias mensais devidas à CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 12 deste CONTRATO;

**9.1.3.** Prestar auxílio institucional à CONCESSIONÁRIA no que se refere à obtenção de quaisquer linhas de financiamento para a execução do CONTRATO;







**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**9.1.4.** Dar apoio aos entendimentos que serão mantidos pela CONCESSIONÁRIA com seus órgãos e entidades em decorrência da execução das ações previstas neste CONTRATO;

**9.1.5.** Responsabilizar-se, exclusiva e diretamente, por despesas, pagamentos e indenizações de eventuais medidas judiciais, decorrentes de atos ou fatos anteriores à data da celebração do presente CONTRATO;

**9.1.6.** Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO, inclusive com competência para o recebimento e a apuração de queixas da população de São João de Meriti/RJ, decorrentes da manutenção do sistema de iluminação pública e dos Prédios Públicos;

**9.1.7.** Aprovar os planos, estudos e projetos executivos das obras e serviços a serem implantados ou modificados, bem como os pareceres e relatórios emitidos por empresas independentes da CONCESSIONÁRIA;

**9.1.7.1.** A análise e a aceitação do projeto, estabelecida no subitem anterior, deverá limitar-se a sua adequação técnica em relação aos parâmetros definidos no instrumento convocatório;

**9.1.7.2.** A aceitação a que se refere o subitem 9.1.7 não enseja a assunção de qualquer responsabilidade técnica sobre o projeto pelos gestores e fiscais designados pelo PODER CONCEDENTE.

**9.1.8.** Receber e assinar o TERMO DE TRANSFERÊNCIA DEFINITIVA DOS SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, cuja minuta será oferecida pela CONCESSIONÁRIA quando da extinção deste CONTRATO, após a verificação e aprovação das condições de transferência;

**9.1.9.** Providenciar a declaração de utilidade pública dos bens e áreas necessários à implantação do objeto deste CONTRATO, para fins de desapropriação ou constituição de servidão, responsabilizando-se pelo pagamento das respectivas indenizações;

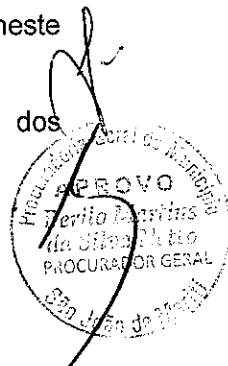
**9.1.10** Responsabilizar-se pela fiscalização e desobstrução das áreas públicas ocupadas irregularmente, especialmente, nas áreas destinadas à outorga da parceria.

**9.1.10.1.** Na hipótese do item acima, cabe à CONCESSIONÁRIA notificar o PODER CONCEDENTE dos fatos irregulares que encontrar. Não resolvida a situação no prazo máximo de 30 (trinta) dias, será devidamente quantificado o dano causado ao negócio e ressarcido por meio do instrumento de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**CLÁUSULA 10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA.**

**10.1.** A CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas neste CONTRATO e na legislação aplicável, obriga-se, de modo geral, a:

**10.1.1.** Cumprir e respeitar as cláusulas e condições deste CONTRATO e dos documentos a ele relacionados;





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**10.1.2.** Entregar o PROJETO EXECUTIVO nos prazos definidos neste CONTRATO e/ou pelo PODER CONCEDENTE;

**10.1.3.** Obter as autorizações necessárias à celebração deste CONTRATO, referentes ao desenvolvimento das atividades constantes do PROJETO BÁSICO;

**10.1.4.** Prestar serviço adequado, nos termos estabelecidos nos indicadores de desempenho estabelecidos no QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO;

**10.1.5.** Manter o SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA livre e desonerado de quaisquer ônus ou gravames durante a vigência deste CONTRATO;

**10.1.6.** Responder, durante a vigência deste CONTRATO, pela Gestão do Parque de Iluminação Pública e dos Prédios Públicos de São João de Meriti, abrangendo: operação, ampliação, modernização e gestão do Sistema de Iluminação Pública Municipal e Prédios Públicos, em tudo devendo diligenciar para que este atenda permanentemente ao fim a que se destina;

**10.1.7.** Assumir integral responsabilidade pelos riscos inerentes à execução do OBJETO deste CONTRATO, excetuados unicamente aqueles em que do contrário resultem expressamente deste CONTRATO;

**10.1.8.** Executar o OBJETO deste CONTRATO durante todo seu prazo de vigência, obedecidos os prazos e condições técnicas apresentados nos PROJETOS BÁSICO e EXECUTIVO;

**10.1.9.** Sem quaisquer ônus para o PODER CONCEDENTE, desfazer todos os serviços ou obras que forem executados em desacordo com os projetos aprovados e reconstituí-los, segundo os mesmos projetos, ressalvado o caso em que o PODER CONCEDENTE, explicitamente e por escrito, aceitar tais serviços como feitos;

**10.1.10.** Responsabilizar-se pelos danos que causar ao PODER CONCEDENTE ou a terceiros por si, seus representantes ou subcontratados, na execução dos serviços, bem como, nos fornecimentos contratados, isentando o PODER CONCEDENTE de quaisquer perdas, inclusive de qualquer infração quanto ao direito de uso de materiais ou processos de construção protegidos por marcas ou patentes;

**10.1.11.** Assegurar livre acesso, em qualquer época, das pessoas encarregadas pelo PODER CONCEDENTE às suas instalações e aos locais onde estejam sendo desenvolvidas atividades relacionadas ao objeto deste CONTRATO;

**10.1.12.** Prestar todas as informações que lhe sejam solicitadas pelo PODER CONCEDENTE, nos prazos e periodicidade por estes determinados;

**10.1.13.** Zelar pela integridade dos bens que integram esta PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA;

**10.1.14.** Dar ciência a todas as empresas subcontratadas para a prestação dos serviços relacionados com o objeto deste CONTRATO, de suas disposições, das normas aplicáveis ao desenvolvimento das atividades para as quais foram contratadas e das disposições referentes ao pessoal contratado e à proteção ambiental;

*[Handwritten signatures and official stamps of the Procuradoria Geral do Município de São João de Meriti are visible at the bottom right of the page.]*



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**10.1.15.** Publicar as demonstrações financeiras anuais em jornais de grande circulação nacional.

**10.1.16.** Comunicar às autoridades públicas competentes e dar ciência ao PODER CONCEDENTE de quaisquer atos ou fatos ilegais ou ilícitos de que tenha conhecimento no âmbito das atividades objeto do presente CONTRATO;

**10.1.17.** Obedecer, rigorosamente, aos projetos básicos dos investimentos e dos serviços integrantes dos SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA e PRÉDIOS PÚBLICOS;

**10.1.18.** Obedecer, rigorosamente, aos marcos fixados no CRONOGRAMA FÍSICO de execução dos INVESTIMENTOS, somente sendo admitidas modificações desses marcos com fundamento em condições expressamente previstas neste CONTRATO e/ou com a prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;

**10.1.19.** Atender a todos os planos e programas referentes ao licenciamento ambiental, cabendo-lhe, quando for o caso, realizar avaliações e estudos ambientais complementares, às suas expensas;

**10.1.20.** Arcar com as despesas das ligações provisórias e definitivas dos serviços da concessionária de serviços públicos de energia elétrica;

**10.1.21.** Arcar com todos os custos relacionados a estudos e licenciamentos sob a sua responsabilidade, bem como os custos relacionados à adoção das providências e investimentos necessários para atender às exigências dos órgãos e entidades públicas competentes;

**10.2.** O PODER CONCEDENTE se reserva o direito de vetar, a qualquer momento, a utilização de qualquer tipo de material, equipamento ou serviço fora da especificação do presente CONTRATO e seus ANEXOS, não isentando, entretanto, a CONCESSIONÁRIA da responsabilidade pelos defeitos ou ineficiência de desempenho que os equipamentos/materiais e/ou serviços utilizados venham a apresentar.

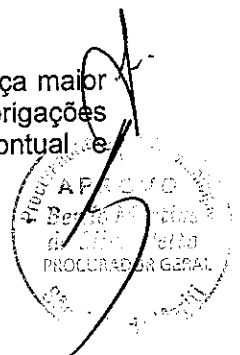
**10.2.1.** A não aceitação desses itens pelo PODER CONCEDENTE não ensejará qualquer tipo de direito à prorrogação de prazos, indenização ou compensação.

**10.3.** O risco pela execução dos serviços é de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, podendo o PODER CONCEDENTE opor à mesma todos os elementos que possam ser inferidos dos documentos constantes do EDITAL e do CONTRATO.

**10.4.** É permitida a subcontratação parcial do objeto, com a prévia e expressa anuência do PODER CONCEDENTE.

**CLÁUSULA 11 – DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR.**

**11.1.** Sem prejuízo do disposto neste CONTRATO, a ocorrência de caso fortuito ou força maior terá por efeito exonerar as PARTES de responsabilidade pelo não cumprimento das obrigações decorrentes deste CONTRATO, estritamente nos casos de descumprimento, pontual e tempestivo, das obrigações em virtude de ocorrência dessa natureza.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**11.2.** A PARTE que tiver o cumprimento de suas obrigações afetado por caso fortuito ou força maior deverá comunicar imediatamente à outra PARTE a ocorrência de qualquer evento dessa natureza, nos termos desta Cláusula.

**11.3.** Na ocorrência de caso fortuito ou força maior, cujas consequências não sejam cobertas por seguro, as PARTES acordarão se haverá lugar à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO ou à extinção da PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, nos termos deste CONTRATO.

**CAPÍTULO V – DA REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA**

**CLÁUSULA 12 – DO PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA PELO CONTRATANTE À CONCESSIONÁRIA.**

**12.1.** O pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA Mensal devida à CONCESSIONÁRIA no valor de até R\$ 1.556.100,00 (um milhão quinhentos e cinquenta e seis mil e cem reais) perfazendo o valor total estimado pelo prazo de 25 (vinte e cinco anos) de R\$ 466.830.000,00 (quatrocentos e sessenta e seis milhões, oitocentos e trinta mil reais) far-se-á mediante apresentação ao GESTOR DO CONTRATO da fatura correspondente à CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA do mês vencido. A entrega da fatura será confirmada pelo GESTOR DO CONTRATO através do respectivo protocolo de recebimento.

**12.2.** Caso a CONCESSIONÁRIA tenha cedido, com a necessária aprovação prévia do PODER CONCEDENTE, à(s) instituição(ões) financeira(s) seus direitos creditórios relativos a este CONTRATO, os pagamentos das CONTRAPRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS Mensais poderão ser efetuadas diretamente à estas.

**12.3.** O pagamento das faturas, devidamente atestadas, será feito pelo PODER CONCEDENTE, utilizando os recursos orçamentários e financeiros consignados em seu orçamento referente à CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – CIP, conforme Nota de Empenho nº 19/2014, para o exercício corrente, e demais notas de empenhos anuais para os exercícios financeiros subsequentes.

**12.4.** Os pagamentos das faturas relacionadas às CONTRAPRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS MENSAIS serão feitos mediante conta vinculada, conforme ANEXO 10 deste CONTRATO.

**12.5.** A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA Mensal será destinada ao pagamento dos serviços de Gestão do Parque de Iluminação Pública e dos Prédios Públicos de São João de Meriti, abrangendo: consumo, operação, ampliação, modernização e gestão do Sistema de Iluminação Pública Municipal e Prédios Públicos, com base na NOTA DE DESEMPENHO atribuída pelo GESTOR DO CONTRATO à CONCESSIONÁRIA, e será calculada conforme disposto no ANEXO 16 DO EDITAL.

**12.5.1.** Na hipótese de não haver consenso entre a CONCESSIONÁRIA e o GESTOR DO CONTRATO com relação à NOTA DE DESEMPENHO apresentada até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da apuração, o PODER CONCEDENTE realizará o pagamento dos valores incontroversos.

**12.5.2.** Com relação aos valores controversos, a decisão sobre a NOTA DE DESEMPENHO ficará a cargo da COMISSÃO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**12.5.3.** Caso a NOTA FINAL DE DESEMPENHO seja superior à NOTA DE DESEMPENHO que serviu de base para o pagamento, a diferença deverá ser paga à CONCESSIONÁRIA, devidamente atualizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA no prazo de 05 (cinco) dias após a data de conclusão do exame previsto no item anterior.

**12.5.4.** Os valores não pagos pelo PODER CONCEDENTE, até o último dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, serão atualizados pelos mesmos critérios, com exclusão da multa de mora, que, na época do atraso, estiver em vigor para mora no pagamento de impostos devidos à Fazenda do Município de São João de Meriti/RJ, não se aplicando a regra deste item à diferença paga de acordo com o item anterior.

**12.5.5.** A primeira parcela da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA Mensal será paga, pelo PODER CONCEDENTE, logo após o início da operação e manutenção do Sistema de Iluminação Pública e Prédios Públicos, observado o estabelecido no ANEXO 18 deste CONTRATO – CRONOGRAMA FÍSICO.

**12.5.6.** A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar o RELATÓRIO MENSAL DE DESEMPENHO, com a indicação da NOTA DE DESEMPENHO, obrigatoriamente, ao GESTOR DO CONTRATO, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da avaliação.

**12.5.7.** O RELATÓRIO MENSAL DE DESEMPENHO deverá vir acompanhado de memória de cálculo dos indicadores e das informações pertinentes às notas atribuídas.

**12.5.8.** Para recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA Mensal devida, a CONCESSIONÁRIA deve apresentar mensalmente, em conjunto com as subcontratadas, quando houver, os comprovantes de regularidade para com o INSS e o FGTS, sem os quais não serão liberados os pagamentos das faturas apresentadas.

**12.5.9.** A CONCESSIONÁRIA poderá, com a prévia anuência do PODER CONCEDENTE, ceder a terceiros os direitos emergentes deste CONTRATO.

**12.5.10.** A CONCESSIONÁRIA tem o dever de emitir, mensalmente, Nota(s) Fiscal(is), em favor do PODER CONCEDENTE, referente aos serviços prestados com base no objeto contratual:

**12.5.11.** Os valores da contraprestação serão corrigidos anualmente, com base na seguinte fórmula:

$$Pr = Po \times (IGPMi / IGPMo)$$

Pr = Preço reajustado

Po – Preço básico, constante da proposta apresentada pela Concessionária.

IGPMi – Índice Geral de Preços de Mercado, referente ao mês anterior ao mês de aniversário do contrato.

IGPMo – Índice Geral de Preços de Mercado, referente ao mês anterior ao da apresentação da proposta pela concessionária.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**CAPÍTULO VI – DAS GARANTIAS E DOS SEGUROS**

**CLÁUSULA 13 – DA GARANTIA DO PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA E DO CONTRATO**

**13.1. 13.1.** É condição essencial do CONTRATO DE CONCESSÃO a prestação das garantias do PODER CONCEDENTE, correspondentes a, no mínimo, três parcelas da contraprestação pecuniária mensal integralizadas em caução em dinheiro, que deverão compor o Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas – FGP, na forma da LEI MUNICIPAL DE PPP, do Decreto nº 5577, de 29 de outubro de 2013.

**13.2.** O PODER CONCEDENTE deverá constituir as garantias previstas no subitem anterior no prazo máximo de até 06 meses após a assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO. – ver item 19.9 do edital.

**13.4.** O agente público que não cumprir as obrigações financeiras do contrato ou obstruir a execução das garantias de pagamento da presente parceria responderá civil, administrativa e criminalmente, inclusive na forma do art. 92, da Lei nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA 14 – DAS GARANTIAS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO PELA CONTRATADA**

**14.1.** Como condição para assinatura deste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar garantia de execução contratual, em quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do valor anual do CONTRATO, nos termos do § 2º do art. 56 da Lei nº 8.666/93.

**14.2.** Nos termos do art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia de execução do CONTRATO referida neste item poderá assumir qualquer das seguintes modalidades:

**14.2.1.** Caução em dinheiro;

**14.2.2.** Caução em títulos da dívida pública, emitidos sob a forma escritural, registrados na CETP – Câmara de Liquidação e Custódia, devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil, livres de quaisquer ônus ou gravames e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

**14.2.3.** Seguro-garantia fornecido por companhia seguradora autorizada a funcionar no Brasil;

**14.2.4.** Fiança bancária fornecida por instituição financeira autorizada a funcionar no Brasil.

**14.3.** Caso seja utilizada a modalidade seguro-garantia, a apólice deverá ter vigência de 12 (doze) meses, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, nos termos das normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

**14.3.1.** Se a seguradora não renovar a apólice vigente, a CONTRATADA deverá apresentar, para aprovação do CONTRATANTE, outra garantia de valor e condições equivalentes, antes do vencimento da apólice, independentemente da notificação.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**14.3.2.** O descumprimento da condição estabelecida no item anterior caracterizará a inadimplência da CONCESSIONÁRIA e implicará na aplicação das sanções correspondentes.

**14.3.3.** A apólice de seguro-garantia deve ser ressegurada e estar acompanhada de carta de aceitação da operação pelo IRB – Brasil Resseguros S.A., ou, na hipótese de recusa do mesmo, estar acompanhada de sua expressa autorização à seguradora para contratar o resseguro junto a resseguradoras internacionais.

**14.3.4.** A apólice de seguro-garantia deve, ainda:

**14.3.4.1.** Ter disposição expressa de obrigatoriedade da seguradora informar ao PODER CONCEDENTE e à CONCESSIONÁRIA seu interesse, ou não, na renovação, em até 60 (sessenta) dias antes do prazo final da validade;

**14.3.4.2.** Prever que a inexistência da comunicação prevista no item anterior implicará a renovação automática da apólice por igual período e nas mesmas condições da apólice original;

**14.3.4.3.** Prever que, no caso de não renovação da apólice, o termo final de validade será automaticamente prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias.

**14.4.** Sempre que o valor do CONTRATO for reajustado a CONCESSIONÁRIA deverá complementar a garantia de execução, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da vigência do reajustamento, de modo a manter inalterada a proporção fixada nesta cláusula.

**14.5.** A não prestação, no prazo fixado, da garantia de execução do CONTRATO, dará ao PODER CONCEDENTE o direito de aplicar multa de 0,01% (um centésimo por cento) sobre o valor do CONTRATO, por dia de atraso ou fração, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas.

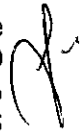



**14.6.** As garantias oferecidas não poderão conter quaisquer ressalvas ou condições que possam dificultar ou impedir sua execução, ou que possam gerar dúvidas quanto à sua exequibilidade.

**14.7.** Todas as despesas decorrentes da prestação da garantia de execução contratual correrão por conta da CONCESSIONÁRIA.

## **CLÁUSULA 15 – SEGUROS**

**15.1.** A CONCESSIONÁRIA, além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, contratará e manterá em vigor, diretamente em Companhia Seguradora, de reconhecida idoneidade e devidamente autorizada a operar no Brasil, de acordo com o padrão aprovado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) – Ramo de Seguros 45 (Garantia de Obrigações Públicas), as coberturas de seguro estabelecidas nos itens seguintes.

**15.2.** Riscos de Engenharia (do tipo *allrisks*), cobrindo a execução das obras civis, instalações e montagens, cuja apólice deverá ser apresentada ao GESTOR DO CONTRATO, em até 60 (sessenta) dias contados da data de instalação do canteiro de obras, correspondendo a 100% (cem por cento) do valor, considerando como tal o VALOR ANUAL A SER INVESTIDOS NAS OBRAS do empreendimento, desde o início das obras até o início da manutenção definitiva do SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**15.3.** A apólice referida no item 15.2 deverá ser complementada com as seguintes coberturas adicionais mínimas:

**15.3.1.** Erro de Projeto - valor segurado: 100% (cem por cento) do valor total das Obras Cíveis.

**15.3.2.** Risco do Fabricante - valor segurado: 100% (cem por cento) do valor total do Fornecimento, Instalação e Montagem dos Equipamentos.

**15.3.3.** Responsabilidade Civil Geral e Cruzada - valor segurado: 2% (dois por cento) do VALOR DO CONTRATO.

**15.3.4.** Danos Morais - valor segurado: 20% (vinte por cento) do limite da Cobertura de Responsabilidade Civil Geral e Cruzada.

**15.3.5.** Instalações Temporárias, Máquinas e Equipamentos Auxiliares de Construções e ou Montagem - valor segurado: 1,00% (hum por cento) do VALOR DO CONTRATO.

**15.3.6.** As franquias da cobertura básica, erro de projeto e riscos do fabricante, não poderão exceder R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais).

**15.3.7.** As coberturas de seguro previstas neste subitem deverão incluir cobertura de danos de força maior sempre que forem seguráveis.

**15.4.** Seguro de responsabilidade civil obras, na base de ocorrência, cobrindo a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE, bem como seus subcontratados.

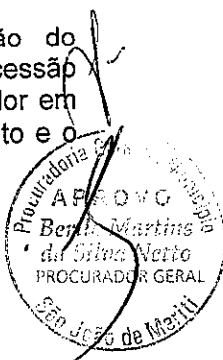
**15.4.1.** O limite de cobertura do seguro de responsabilidade civil obras não deverá ser inferior a R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) incluindo as coberturas de empregador, danos morais, poluição súbita e fundações. A franquia não poderá ser superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) tanto para danos materiais quanto para danos pessoais.

**15.5.** Seguro de responsabilidade civil operações, na base de ocorrência, cobrindo a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE, bem como seus administradores, empregados, funcionários, contratados, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, indenizações, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos pessoais, morais ou materiais, decorrentes das atividades abrangidas pela CONCESSÃO.

**15.5.1.** O limite de cobertura do seguro de responsabilidade civil operações não deverá ser inferior a R\$ 100.0000,00 (cem mil reais) incluindo as coberturas de empregador, danos morais, poluição súbita e contingentes de veículos. A franquia não poderá ser superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) tanto para danos materiais quanto para danos pessoais.

**15.6.** Seguro de riscos patrimoniais a ser contratado com o início da operação do empreendimento e renovado anualmente até o último ano de vigência do contrato de concessão e manutenção do SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E PRÉDIOS PÚBLICOS. O valor em risco desta apólice deverá contemplar todos os bens e equipamentos do empreendimento e o respectivo valor deverá ser atualizado anualmente.

*[Handwritten signatures]*







**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**15.7.** Definem-se para efeito deste seguro: Segurado – PODER CONCEDENTE e Tomador – CONCESSIONÁRIA.

**15.8.** A CONCESSIONÁRIA deverá fazer constar das apólices de seguro a obrigação da seguradora de informar por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, à CONCESSIONÁRIA e ao PODER CONCEDENTE, quaisquer fatos que possam implicar o cancelamento, total ou parcial, dos seguros contratados, redução de cobertura, aumento de franquias ou redução de importâncias seguradas.

**15.9.** A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer, em até 10 (dez) dias do início de cada ano da CONCESSÃO, certificado emitido pela seguradora confirmando que todas as apólices de seguros contratados estão válidas.

**15.10.** A CONCESSIONÁRIA poderá, sujeito à aprovação prévia do PODER CONCEDENTE, alterar coberturas e franquias, bem como quaisquer condições das apólices contratadas, para adequá-las às várias fases de desenvolvimento das atividades objeto da CONCESSÃO.

**CAPÍTULO VII – DOS RESULTADOS DA EXPLORAÇÃO DA CONCESSÃO.**

**CLÁUSULA 16 – DA TRANSFERÊNCIA PARA O CONTRATANTE DOS RESULTADOS OBTIDOS COM A EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DA CONCESSÃO**

**16.1.** Nos termos do Inciso IX, art. 4º, da Lei Municipal 1.896, de 11 de junho de 2013, a CONCESSIONÁRIA deverá compartilhar com o PODER CONCEDENTE, quando das revisões periódicas, em partes iguais:

**16.1.1.** Os ganhos econômicos que obtiver, em decorrência de redução do risco de crédito dos financiamentos tomados, nas seguintes hipóteses:

**16.1.1.1.** Em virtude de renegociação das condições anteriormente contratadas;  
ou

**16.1.1.2.** Em virtude da quitação antecipada das obrigações.

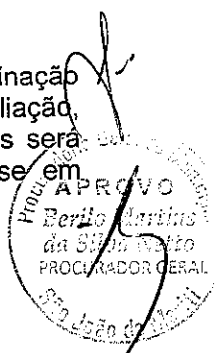
**16.2.** Somente serão compartilhados os ganhos econômicos que sejam superiores ao inicialmente estabelecido na proposta da CONCESSIONÁRIA;

**16.3.** O compartilhamento que couber ao PODER CONCEDENTE será feito por intermédio da redução correspondente do valor das Contraprestações Pecuniárias Mensais vincendas.

**16.4.** Incumbe ao PODER analisar as informações econômico-financeiras prestadas pela CONCESSIONÁRIA, para verificar a ocorrência dos eventos referidos neste item.

**CLÁUSULA 17 – DA AVALIAÇÃO MENSAL DO DESEMPENHO DA CONTRATADA**

**17.1.** A avaliação do desempenho da CONCESSIONÁRIA na Gestão do Parque de Iluminação Pública e dos Prédios Públicos de São João de Meriti, abrangendo: operação, ampliação, modernização e gestão do Sistema de Iluminação Pública Municipal e Prédios Públicos será feita, mensalmente, pelo GESTOR DO CONTRATO, a partir do seu início, com base em





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

indicadores objetivos previstos no QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO – ANEXO 16 deste CONTRATO.

**17.2.** O QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, constante do ANEXO 16 deste CONTRATO, é o instrumento para avaliação do desempenho da CONCESSIONÁRIA na execução dos serviços de Gestão do Parque de Iluminação Pública e dos Prédios Públicos de São João de Meriti, abrangendo: operação, ampliação, modernização e gestão do Sistema de Iluminação Pública Municipal e Prédios, sendo utilizado para a determinação da NOTA DE DESEMPENHO, pelo GESTOR DO CONTRATO.

**17.2.1.** A NOTA DE DESEMPENHO, determinada por intermédio do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, servirá de base para o GESTOR DO CONTRATO:

**17.2.1.1.** Monitorar o desempenho da CONCESSIONÁRIA, na execução do OBJETO deste CONTRATO;

**17.2.1.2.** Calcular o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA mensal a ser paga;

**17.2.1.3.** Aplicar penalidades relativas a desempenho inferiores aos estabelecidos no QID – QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO.

**17.3.** O QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO será alimentado pela CONCESSIONÁRIA, periodicamente, com informações relativas ao seu desempenho na execução deste contrato.

**17.4.** Os indicadores de desempenho serão aferidos mensalmente pelo GESTOR DO CONTRATO.

**CLÁUSULA 18 – DA REVISÃO DO QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO**

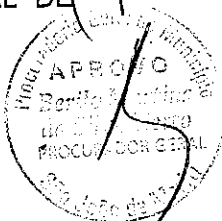
**18.1.** O conteúdo do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO poderá ser revisto pelo GESTOR DO CONTRATO nas seguintes hipóteses:

**18.1.1.** Utilização de índices de desempenho inaplicáveis à execução do objeto deste CONTRATO;

**18.1.2.** Utilização de índices de desempenho ineficazes para proporcionar a execução do objeto com a qualidade mínima exigida;

**18.1.3.** Exigências, pelo PODER CONCEDENTE, de novos padrões de desempenho motivados pelo surgimento de inovações tecnológicas ou adequações a padrões nacionais e internacionais.

**18.1.4.** No caso da não aceitação por parte da CONCESSIONÁRIA de qualquer alteração no QID – QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, a manifestação deverá ser fundamentada e entregue ao GESTOR DO CONTRATO que poderá acolher o pleito ou, mantendo seu entendimento, fazê-la subir à COMISSÃO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO, devidamente instruído.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**CAPÍTULO VIII – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO**

**CLÁUSULA 19 – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO DO CONTRATO**

**19.1.** Sempre que forem atendidas as condições do CONTRATO e a distribuição de riscos nele estabelecida, considerar-se-á mantido seu equilíbrio econômico-financeiro;

**19.2.** A estimativa dos custos apresentados pela CONCESSIONÁRIA, na LICITAÇÃO, especificamente na sua PROPOSTA ECONÔMICA e nas respectivas PROJEÇÕES FINANCEIRAS, são de sua exclusiva responsabilidade;

**19.2.1.** Eventuais erros ou omissões nas estimativas de custos a que se refere o item anterior não serão considerados para efeito de equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, constituindo risco exclusivo da CONCESSIONÁRIA.

**19.3.** As PARTES terão direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO quando este for afetado por:

**19.3.1.** Modificação unilateral do Contrato imposta pelo PODER CONCEDENTE;

**19.3.2.** Alteração na ordem tributária posterior à assinatura do CONTRATO;

**19.3.3.** Alteração legislativa de caráter específico que tenha impacto direto, para mais ou para menos, sobre os custos da CONCESSIONÁRIA, de modo a afetar o balanço econômico-financeiro do CONTRATO, prejudicando a continuidade ou a qualidade da exploração da CONCESSÃO;

**19.3.4.** Abuso ou omissão do PODER CONCEDENTE, que afete a plena exploração da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;

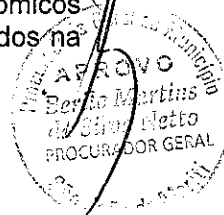
**19.3.5.** Ocorrência de fatos imprevisíveis ou ainda previsíveis, mas de consequências incalculáveis, desde que haja configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;

**19.3.6.** Acréscimos na expansão/ampliação e/ou manutenção do SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI/RJ acima do crescimento projetado nos ESTUDOS E LEVANTAMENTOS TÉCNICOS.

**19.4.** Todas as alterações contratuais destinadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO somente ocorrerão mediante justificativa técnica circunstanciada da parte prejudicada e TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL devidamente formalizado, com retroatividade limitada à data do requerimento.

**19.5.** Os preços da contraprestação serão reajustados anualmente, conforme definido neste contrato.

**19.6.** Será realizada a revisão dos termos contratuais a cada 5 (cinco) anos a partir da data de início da execução do contrato, com o intuito de reavaliar os elementos técnicos e econômicos que constituíram a presente Parceria Público-Privada e, em especial, aqueles apresentados na





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

PROPOSTA ECONÔMICA da CONCESSIONÁRIA, por meio de termos aditivos devidamente formalizados, se for o caso.

**CLÁUSULA 20 – FORMAS DE RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**20.1.** Sempre que caracterizado o direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, este será implementado tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa sobre os itens respectivos da PROPOSTA ECONÔMICA.

**20.2.** A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO será implementada pela revisão do valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA Mensal devida pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos;

**20.3.** A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, efetuada nos termos do item anterior será, relativamente ao fato que lhe deu causa, única, completa e final, para todo o prazo do CONTRATO.

**20.4.** A CONCESSIONÁRIA, para pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, deverá apresentar ao GESTOR DO CONTRATO requerimento fundamentado, acompanhado de memória de cálculo, justificando a ocorrência de qualquer fato que possa caracterizar o desequilíbrio.

**20.5.** Toda vez que ocorrer a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, as projeções financeiras constantes da PROPOSTA ECONÔMICA serão alteradas para refletir a situação resultante da recomposição.

**20.6.** Todas as alterações contratuais, em especial aquelas destinadas ao reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, somente ocorrerão mediante justificativa técnica das PARTES através do indispensável TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL, devidamente formalizado.



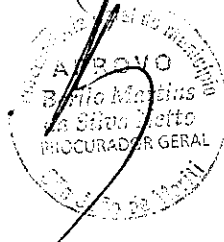
**CAPÍTULO IX – DA OBTENÇÃO DOS RECURSOS**

**CLÁUSULA 21 – DA OBTENÇÃO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS AOS INVESTIMENTOS.**

**21.1.** A CONCESSIONÁRIA é a única responsável pela obtenção dos recursos financeiros necessários à execução do objeto do CONTRATO, de modo que se cumpram, cabal e tempestivamente, todas as obrigações aqui assumidas.

**21.2.** A CONCESSIONÁRIA não poderá alegar qualquer disposição, cláusula ou condição do (s) contrato(s) de financiamento (s), ou qualquer atraso na obtenção dos recursos, para se eximir, total ou parcialmente, das obrigações assumidas neste CONTRATO, cujos termos deverão ser de pleno conhecimento do agente (s) financeiro(s).

**21.3.** A CONCESSIONÁRIA poderá, com a prévia anuência do PODER CONCEDENTE oferecer em garantia, nos contratos de financiamento, os direitos emergentes deste CONTRATO, desde que não comprometam a operacionalização e a continuidade dos serviços, com base nos arts. 28 e 28-A da Lei Federal no 8.987/95.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**CAPÍTULO X- DO GESTOR DO CONTRATO**

**CLÁUSULA 22 – DO GESTOR DO CONTRATO**

**22.1.** Caberá ao GESTOR DO CONTRATO, designado pelo CONSELHO GESTOR DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS, a fiscalização da execução do objeto deste CONTRATO, abrangendo todas as atividades da CONCESSIONÁRIA, durante todo o prazo estipulado de vigência;

**22.2.** É permitido ao PODER CONCEDENTE contratar terceiros para assistir e subsidiar o GESTOR DO CONTRATO.

**22.3.** Durante todo o prazo de vigência deste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a:

**22.3.1.** Dar conhecimento imediato de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das obrigações contratuais e que possa constituir causa de intervenção, de caducidade da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA ou de rescisão do CONTRATO;

**22.3.2.** Apresentar, até 30 de abril de cada ano, as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro do ano anterior, auditado por empresa de auditoria independente, regularmente registrada nos órgãos competentes, incluindo, dentre outros, os Relatórios da Administração, o Balanço anual, a Demonstração de Resultados, os Quadros de Origem e Aplicação de Recursos, as Notas do Balanço, o Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, se permanente ou se instalado no respectivo exercício social.

**22.3.3.** Dar conhecimento imediato de toda e qualquer situação que corresponda a fatos que alterem de modo relevante o normal desenvolvimento dos serviços ou da exploração, apresentando, por escrito e no prazo mínimo necessário, relatório detalhado sobre esses fatos, incluindo, ser for o caso, contribuição de entidades especializadas, externas à CONCESSIONÁRIA, com as medidas tomadas ou em curso para superar ou sanar os fatos referidos;

**22.3.5.** Apresentar, 90 (noventa) dias após o encerramento de cada exercício civil, informações atualizadas das PROJEÇÕES FINANCEIRAS da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, considerando os resultados reais obtidos desde o início do CONTRATO, até o exercício anterior, e os resultados projetados até o fim do prazo de vigência, utilizando os mesmos modelos e critérios aplicados para elaboração das PROJEÇÕES FINANCEIRAS integrantes da PROPOSTA ECONÔMICA.

**22.4.** As vias originais dos relatórios previstos nos itens anteriores, após analisadas pelo GESTOR DO CONTRATO e aprovadas pelo CONSELHO GESTOR DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS, serão arquivadas pelos signatários.

**22.5.** No exercício da fiscalização, o GESTOR DO CONTRATO terá acesso às instalações físicas do objeto contratado e aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos e econômico-financeiros da CONCESSIONÁRIA.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**CAPÍTULO XI – DO REGIME DE BENS DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA**

**CLÁUSULA 23 – BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA**

**23.1.** Integram a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA todos os bens adquiridos pela CONCESSIONÁRIA ao longo do prazo de execução do CONTRATO que sejam utilizados para a Gestão do Parque de Iluminação Pública e dos Prédios Públicos de São João de Meriti, abrangendo: operação, ampliação, modernização e gestão do Sistema de Iluminação Pública Municipal e Prédios Públicos.

**23.2.** A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, e às suas expensas, os bens que integram a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA durante a vigência do CONTRATO, efetuando, para tanto, as reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho.

**23.2.1.** A CONCESSIONÁRIA obriga-se, ainda, a garantir que os bens que integram a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA continuarão em condição adequada para usos nos 05 (cinco) anos subseqüentes ao término da CONCESSÃO.

**23.3.** A CONCESSIONÁRIA somente poderá alienar os bens que integram a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, com a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE, se proceder à sua imediata substituição por outros, em condições de operacionalidade e funcionamento idênticas ou superiores aos dos substituídos.

**23.4.** Qualquer alienação ou aquisição de bens que a CONTRATADA pretenda realizar nos últimos 5 (cinco) anos do prazo final da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, deverá ser prévia e expressamente autorizada pelo PODER CONCEDENTE.

**CLÁUSULA 24 – REVERSÃO DOS BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA**

**24.1.** Extinta a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, retornam ao PODER CONCEDENTE os bens, direitos e privilégios vinculados à Gestão do Parque de Iluminação Pública e dos Prédios Públicos de São João de Meriti, abrangendo: operação, ampliação, modernização e gestão do Sistema de Iluminação Pública Municipal e Prédios Públicos, transferidos à CONCESSIONÁRIA durante a vigência deste CONTRATO.

**24.1.1.** A reversão será gratuita e automática, com os bens em condições normais de utilização e manutenção, e livres de quaisquer ônus ou encargos.

**24.1.2.** Seis meses antes da extinção da CONCESSÃO e no término dessa, o GESTOR DO CONTRATO, acompanhado da CONCESSIONÁRIA, procederá à vistoria dos bens a serem revertidos, na qual será verificado o estado de conservação e manutenção desses bens, considerando-se os desgastes normais decorrentes do uso e das respectivas vidas úteis, lavrando-se, no prazo de 15 (quinze) dias, o TERMO DEFINITIVO DE ENTREGA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

**24.2.** A CONCESSIONÁRIA terá direito à indenização, correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos investimentos em bens reversíveis, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo PODER CONCEDENTE, tenha ocorrido nos últimos 5 (cinco) anos do prazo da



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

CONCESSÃO, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos por este CONTRATO.

**24.3.** Na hipótese de os bens a serem revertidos não se encontrarem em condições adequadas, de acordo com a vistoria prevista no item 24.1.2, a CONCESSIONÁRIA indenizará o PODER CONCEDENTE, devendo o valor da indenização ser aquele necessário à aquisição ou reparos desses bens, ou, mediante acordo entre as partes, serem esses bens substituídos e aplicados pela CONCESSIONÁRIA.

**24.4.** Não poderá ser feito qualquer pagamento aos acionistas da CONCESSIONÁRIA, nem poderá ocorrer a sua dissolução ou a partilha de seu patrimônio, antes que o PODER CONCEDENTE, por meio de TERMO DEFINITIVO de entrega do SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ateste que os bens reversíveis encontram-se em condições adequadas, de acordo com a vistoria prevista no item 24.1.2, ou sem que esteja cabalmente assegurado o pagamento das importâncias devidas ao PODER CONCEDENTE, a título de indenização ou a qualquer outro título.

**CLÁUSULA 25 – DAS DESAPROPRIAÇÕES**

**25.1.** As desapropriações e a instituição de servidões administrativas, quando necessárias à execução do OBJETO deste CONTRATO, serão efetuadas pelo PODER CONCEDENTE, às suas expensas e sob sua responsabilidade, com obediência às disposições da legislação aplicável.

**CLÁUSULA 26 – GARANTIA DE SATISFAÇÃO DO CRÉDITO DO FINANCIADOR PERANTE A CONTRATADA.**

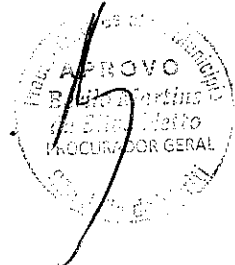
**26.1.** As ações da CONCESSIONÁRIA, correspondentes ao controle da SPE, poderão ser dadas em garantia de financiamentos, ou como contra garantia de operações de crédito, vinculadas ao cumprimento de obrigações decorrentes do CONTRATO, desde que previamente autorizadas pelo CONTRATANTE.

**CAPÍTULO XII - DA RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS**

**CLÁUSULA 27 – RESPONSABILIDADE GERAL**

**27.1.** A CONCESSIONÁRIA responderá, nos termos da legislação aplicável, por quaisquer prejuízos causados a terceiros, por si ou seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas por este CONTRATO, sem prejuízo de eventuais direitos que possa exercer perante terceiros, não sendo assumida pelo PODER CONCEDENTE qualquer espécie de responsabilidade dessa natureza.

**27.2.** A CONCESSIONÁRIA responderá também pela reparação ou indenização de todos e quaisquer danos causados em redes de água, esgoto, eletricidade, gás, telecomunicações e respectivos equipamentos e em quaisquer outros bens de terceiros, em resultado da execução das obras de sua responsabilidade, nos termos do CONTRATO, sem prejuízo de eventuais direitos que possa exercer perante terceiros.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**CLÁUSULA 28 – CONTRATOS COM SUBCONTRATADAS**

**28.1.** Sem prejuízo de suas responsabilidades, a CONCESSIONÁRIA poderá prestar o serviço por meio de empresas subcontratadas, por sua conta e risco.

**28.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá, obrigatoriamente, informar ao GESTOR DO CONTRATO a efetiva contratação de empresa subcontratada para a execução de serviços relevantes para o desenvolvimento de atividades inerentes à execução deste CONTRATO, sejam acessórias ou complementares.

**28.3.** Os contratos celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e empresas subcontratadas reger-se-ão pelas normas de direito privado, não estabelecendo nenhuma relação de qualquer natureza entre as empresas subcontratadas e o PODER CONCEDENTE.

**CAPÍTULO XIII – DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA**

**CLÁUSULA 29 – CASOS DE EXTINÇÃO**

**29.1.** Nos termos da legislação, o PODER CONCEDENTE poderá intervir na CONCESSÃO ADMINISTRATIVA com o fim de assegurar a adequação na prestação dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

**29.2.** A CONCESSÃO ADMINISTRATIVA extinguir-se-á por:

**29.2.1.** Advento do termo contratual;

**29.2.2.** Encampação;

**29.2.3.** Caducidade;

**29.2.4.** Rescisão;

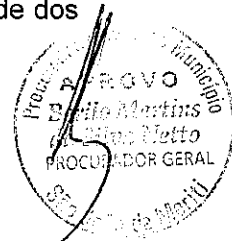
**29.2.5.** Anulação;

**29.2.6.** Falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA.

**29.3.** Extinta a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, retornam ao PODER CONCEDENTE todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, transferidos a CONCESSIONÁRIA, ou por ela implantados, no âmbito da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

**29.3.1.** No caso de extinção antecipada da concessão, sem culpa da CONCESSIONÁRIA, aplicam-se as regras previstas na Lei Federal nº 8.987/95.

**29.3.2.** A CONCESSIONÁRIA terá direito, se não tiver dado causa à extinção do CONTRATO, a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo PODER CONCEDENTE, tenha ocorrido nos últimos 5 (cinco) anos do prazo da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos.







ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**CLÁUSULA 30 – ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL**

**30.1.** A CONCESSÃO ADMINISTRATIVA extingue-se quando se verificar o término do prazo de sua duração, de conformidade com o disposto na Cláusula 6, terminando, por consequência, as relações contratuais entre as partes, com exceção daquelas expressamente previstas neste CONTRATO.

**30.2.** Verificando-se o advento do termo contratual, a CONCESSIONÁRIA será inteira e exclusivamente responsável pelo encerramento de quaisquer contratos de que seja parte, não assumindo o PODER CONCEDENTE qualquer responsabilidade quanto aos mesmos.

**CLÁUSULA 31 – ENCAMPAÇÃO**

**31.1.** O PODER CONCEDENTE poderá, durante a vigência do CONTRATO, promover a retomada do serviço, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento à CONCESSIONÁRIA da indenização estabelecida neste CONTRATO.

**31.2.** Em caso de encampação, a CONCESSIONÁRIA terá direito à (ao):

**31.2.1.** pagamento do custo da desmobilização;

**31.2.2.** prévia indenização das parcelas dos investimentos realizados, inclusive em obras de manutenção, bens e instalações que tenham sido realizados para cumprimento deste CONTRATO;

**31.2.3.** prévia desoneração das obrigações decorrentes de contratos de financiamentos contraídos com vistas ao seu cumprimento, mediante, conforme o caso:

**31.2.3.1.** Prévia assunção, perante instituições financeiras credoras, das obrigações contratuais da CONCESSIONÁRIA em especial quando a contraprestação pecuniária devida pelo PODER CONCEDENTE figurar como garantia do financiamento;

**31.2.3.2.** Prévio pagamento a título de indenização à CONCESSIONÁRIA da totalidade dos débitos remanescentes que esta mantiver perante as instituições financeiras credoras.

**31.2.3.3.** Prévio pagamento à título de indenização de todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do consequente rompimento dos respectivos vínculos contratuais;

**31.2.3.4.** A indenização de que trata o item anterior será devida na forma deste CONTRATO e no disposto no parágrafo 5º do artigo 38 da Lei 8.987/1995, descontado o valor das multas contratuais, dos danos causados pela CONCESSIONÁRIA e da multa de 5% (cinco por cento) do valor do saldo atualizado do CONTRATO na data da sua declaração de caducidade.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**CLÁUSULA 32 – CADUCIDADE**

**32.1.** A caducidade da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA poderá ser declarada pelo PODER CONCEDENTE quando:

**32.1.1.** O serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;

**32.1.2.** A CONCESSIONÁRIA paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior definidas na Cláusula 13;

**32.1.3.** A CONCESSIONÁRIA perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço;

**32.1.4.** A CONCESSIONÁRIA não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

**32.1.5.** A CONCESSIONÁRIA não atender a intimação do PODER CONCEDENTE no sentido de regularizar a prestação do serviço;

**32.1.6.** A CONCESSIONÁRIA for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive de contribuições sociais.

**32.2.** A declaração da caducidade da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA deverá ser precedida da verificação da inadimplência da CONCESSIONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

**32.3.** Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à CONCESSIONÁRIA, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no item anterior, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.

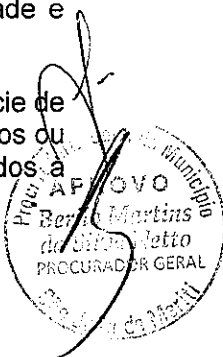
**32.4.** Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do Prefeito do Município de São João de Meriti/RJ independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.

**32.5.** A indenização de que trata o item anterior será devida na forma deste CONTRATO descontado:

**32.5.1.** O valor das multas contratuais, dos danos causados pela CONCESSIONÁRIA e da multa de 5% (cinco por cento) do valor do saldo atualizado do contrato na data da declaração da caducidade;

**32.5.2.** Os investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, na forma do § 5º do art. 38 da Lei nº 8.987/1995.

**32.6.** Declarada a caducidade, não resultará para o PODER CONCEDENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados assumidos pela CONCESSIONÁRIA, ainda que diretamente relacionados à execução deste CONTRATO.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**CLÁUSULA 33 – RESCISÃO**

**33.1.** Este CONTRATO poderá ser rescindido por iniciativa da CONCESSIONÁRIA, no caso de descumprimento pelo CONTRATANTE de suas obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim.

**33.1.1.** O OBJETO do CONTRATO, executado pela CONCESSIONÁRIA, não poderá ser interrompido ou paralisado até que a decisão judicial, decretando a rescisão do CONTRATO, transite em julgado.

**33.1.2.** O PODER CONCEDENTE arcará com as indenizações e multas decorrentes do inadimplemento contratual a que deu causa. Para tanto, poderá, a seu critério, constituir fundos específicos e contratar seguros de mercado, consoante critérios de reembolso de valores residuais.

**33.2.** O presente CONTRATO também poderá ser rescindido por consenso entre as PARTES, que compartilharão os gastos e as despesas decorrentes da referida rescisão contratual.

**33.3.** Quando do pedido de rescisão por parte da CONCESSIONÁRIA, cumpre ao PODER CONCEDENTE:

**33.3.1.** Exigir a motivação razoável para o pedido de rescisão;

**33.3.2.** Assumir a execução do OBJETO, ou promover novo certame licitatório e adjudicar um vencedor antes de rescindir a concessão anterior, a fim de assegurar a continuidade da prestação.

**33.3.3.** Verificar se é possível transferir para a nova CONCESSIONÁRIA o dever de indenizar a anterior.

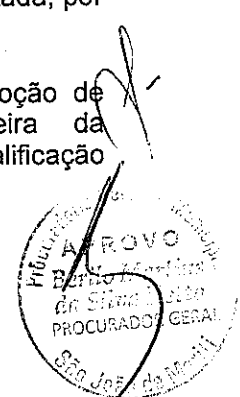
**33.4.** Em caso de rescisão unilateral por parte do PODER CONCEDENTE, além de todas as penalidades previstas no contrato, fica obrigado a ressarcir à CONCESSIONÁRIA, em um prazo de até 90 (noventa) dias da data de publicação do ato administrativo ou judicial, de todos os danos materiais, inclusive futuros, devidamente comprovados pela CONCESSIONÁRIA, com atualização monetária.

**CLÁUSULA 34 – FALÊNCIA OU EXTINÇÃO**

**34.1.** Compete à CONCESSIONÁRIA a obrigação de manter as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na LICITAÇÃO durante toda a execução do presente CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

**34.2.** A CONCESSÃO será extinta caso a CONCESSIONÁRIA tenha sua falência decretada, por sentença judicial transitada em julgado.

**34.3.** Compete ao PODER CONCEDENTE atuar preventivamente, por meio da adoção de mecanismos de acompanhamento periódico da situação econômico-financeira da CONCESSIONÁRIA, para assegurar a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas durante o procedimento licitatório.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**CLÁUSULA 35 – ANULAÇÃO**

**35.1.** Caberá ao PODER CONCEDENTE declarar anulado o presente CONTRATO, caso verifique ilegalidade em sua formalização ou em cláusula considerada essencial à execução do OBJETO.

**35.2.** O PODER CONCEDENTE responsabilizar-se-á por eventuais indenizações e multas devidas à CONCESSIONÁRIA em razão da anulação do CONTRATO.

**CAPÍTULO XIV - DA INTERVENÇÃO**

**CLÁUSULA 36 – INTERVENÇÃO**

**36.1.** Em caso de descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das obrigações decorrentes deste CONTRATO, o PODER CONCEDENTE poderá, a seu exclusivo critério, quando não se justificar a caducidade da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, nos termos da Cláusula 32 deste CONTRATO, propor a decretação da intervenção para tomar a seu cargo a realização do serviço a ela pertinente.

**36.1.1.** O PODER CONCEDENTE poderá, também, decretar a intervenção na CONCESSIONÁRIA por razões de interesse público, de alta relevância e de amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito de São João de Meriti/RJ, cabendo ao PODER CONCEDENTE prestar o serviço enquanto mantida a situação.

**36.1.2.** Eventuais custos adicionais decorrentes da intervenção por interesse público serão compartilhados entre a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE, garantidos por fundos constituídos com esta finalidade ou seguros de mercado.

**36.2.** Entre as situações que ensejam a intervenção, incluem-se:

**36.2.1.** Cessação ou interrupção, total ou parcial, da prestação do serviço objeto deste CONTRATO;

**36.2.2.** Deficiências graves na organização da CONCESSIONÁRIA ou no normal desenvolvimento das atividades abrangidas por este CONTRATO;

**36.2.3.** Situações que ponham em risco a segurança de pessoas ou bens;

**36.2.4.** Atribuição à CONCESSIONÁRIA de notas de desempenho em seus aspectos operacional, de sustentabilidade, administrativo e financeiro, mesmo sem comprometimento da situação financeira da CONCESSIONÁRIA, por 03 (três) meses consecutivos, pelo descumprimento total das metas estabelecidas no QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO.

**36.3.** Verificando-se qualquer situação que possa dar lugar à intervenção na CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE deverá notificar a CONCESSIONÁRIA para, no prazo que lhe for fixado, sanar as irregularidades indicadas.

**36.4.** Decorrido o prazo fixado sem que a CONCESSIONÁRIA sane as irregularidades ou tome providências que, a critério do PODER CONCEDENTE, demonstrem o efetivo propósito de saná-las, esta proporá a decretação da intervenção.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**36.5.** Decretada a intervenção, o PODER CONCEDENTE, no prazo de 60 (sessenta) dias, instaurará procedimento administrativo, que deverá estar concluído no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para comprovar as causas determinantes da intervenção e apurar as respectivas responsabilidades, assegurado à CONCESSIONÁRIA amplo direito de defesa.

**36.6.** Cessada a intervenção, se não for extinta a CONCESSÃO, o serviço voltará a ser de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

**CAPÍTULO XV – DAS SANÇÕES E PENALIDADES**

**CLÁUSULA 37 – SANÇÕES E PENALIDADES APLICÁVEIS À CONTRATADA**

**37.1.** O não cumprimento das diretrizes, normas, especificações, regulamentos, índices e parâmetros fixados pelo PODER CONCEDENTE para a execução do objeto deste CONTRATO e atrasos no cumprimento de prazos e de cronogramas de execução física dos serviços e obras, em qualquer de suas fases, importarão na aplicação das sanções especificadas neste contrato.

**37.1.1.** A aplicação das sanções a que alude este item não impede que o PODER CONCEDENTE declare a caducidade do CONTRATO, na forma da legislação pertinente.

**37.1.2.** As sanções serão aplicadas através de processo administrativo, iniciado a partir da respectiva notificação, emitida pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, garantida sua defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**37.2.** O processo de aplicação das penalidades tem início com a notificação à PODER CONCEDENTE no respectivo processo administrativo.

**37.2.1.** Recebida a defesa prévia, o processo será encaminhado ao GESTOR DO CONTRATO, devidamente instruído, para decisão.

**37.2.2.** Da decisão que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação, pela COMISSÃO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO.

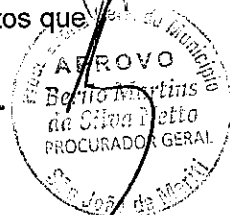
**37.2.3.** A CONCESSIONÁRIA terá o prazo de 15 (quinze) dias para o pagamento da multa, a partir do recebimento da intimação, que ocorrerá após o julgamento em última instância do recurso administrativo.

**37.3.** A aplicação das penalidades de multa prevista neste CONTRATO e o seu cumprimento não prejudicam, em caso algum, a aplicação de outras penas para o mesmo fato previstas na legislação aplicável.

**CAPÍTULO XVI – DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL E INTELECTUAL**

**CLÁUSULA 38 – CESSÃO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL E INTELECTUAL.**

**38.1.** A CONCESSIONÁRIA cede gratuitamente ao PODER CONCEDENTE todos os projetos, planos, plantas, documentos e outros materiais, de qualquer natureza, que se revelem necessários ao desempenho das funções que a este incumbem ou ao exercício dos direitos que





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

lhe assistem nos termos do CONTRATO, e que tenham sido especificamente adquiridos ou criados no desenvolvimento das atividades relacionadas a esta Parceira.

**38.2.** Os direitos de propriedade intelectual sobre os estudos e projetos elaborados para os fins específicos das atividades integradas a este CONTRATO, bem como projetos, planos, plantas, documentos e outros materiais referidos no item anterior, serão transmitidos gratuitamente e em regime de exclusividade ao PODER CONCEDENTE ao final deste CONTRATO, competindo à CONCESSIONÁRIA adotar todas as medidas necessárias para este fim.

**CLÁUSULA 39 – FORO.**

**39.1.** É competente para dirimir as questões relativas a este CONTRATO o foro de São João de Meriti/RJ, excluindo qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São João de Meriti, RJ, 8 de agosto de 2014.

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO MERITI  
Poder Concedente

  
**SANDRO MATOS**  
Prefeito


ALEGRETE RJ PARTICIPAÇÕES S.A.  
Concessionária

  
**JOÃO CURY RACHID**  
Diretor

  
**ATHOS RACHE FILHO**  
Diretor

**Testemunhas:**

Nome: Elaine Monteiro  
RG: 257939413  
CPF: 1518233719

  
Nome: Paulo Roberto Corrêa de Oliveira  
RG: 6469604  
CPF: 095355619-40

